



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia sete de abril de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, Maria Ângela Dias Lima Pereira – Vice-Presidente e Leci Alves Campos – Secretário Ad Hoc. O Senhor Presidente: “pela ausência do Secretário Nélio Aurélio, eu convidarei o Leci Campos, nosso vereador, para ser o Secretário nesta noite”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Nélio Aurélio de Souza. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões: Ordinária do dia vinte e quatro de março; Especial do dia vinte e seis de março; Ordinária do dia trinta e um de março de dois mil e quinze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as três Atas. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Do vereador Nélio Aurélio de Souza. Justifica ausência na reunião ordinária do dia 07/04/2015 por motivo de força maior. O Senhor Presidente: “apresentação de proposições. Projeto de Lei nº 1.513/2015, autoria da Mesa Diretora, vou retirar por falta de assinatura. Exigência da Casa três assinaturas no projeto, só tem a assinatura do vereador José Guedes”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 302/2015, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova



Lima ao Sr. Geraldo Pereira de Souza”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Presidente: “o Projeto de Decreto Legislativo nº 303/2015 será retirado pela ausência do autor, o vereador Nélio Aurélio de Souza”.

2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.512/2015, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Eustáquio Castilho Cardoso. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.508/2015, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação oftalmológica para os alunos da rede municipal de ensino”. O Senhor Secretário proferiu leitura da emenda apresentada pelo vereador Fausto Niquini Ferreira: “Art. 1º. A Ementa do Projeto de Lei em comento passará a ter a seguinte redação: Dispõe sobre a autorização para realização de avaliação oftalmológica em alunos da rede municipal de ensino. Art. 2º. Os art. 1º e 2º passarão a ter a seguinte redação: Art. 1º. Fica autorizada às Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação que compõem a rede municipal, a realização no início do ano letivo, de avaliação oftalmológica dos alunos matriculados. Art. 2º. A realização dos exames caberá ao Poder Executivo Municipal através da Secretaria de Saúde, que disponibilizará profissionais exclusivamente de seu quadro e ambulatórios de oftalmologia adequados nas Unidades de Saúde, para melhor atendimento dos alunos, com finalidade de detectar a deficiência visual no período escolar”. Em votação, a emenda foi aprovada por oito votos. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor



Presidente, eu gostaria de fazer só um comentário breve. Esta emenda do vereador Fausto, eu sou totalmente de acordo, uma vez que o próprio vereador é o autor do projeto. Então, com certeza, essa adequação é para melhorar ainda mais o projeto”. Em segunda e última votação, o projeto foi aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) De autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Exmo. Senhor José Geraldo Guedes, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal, seja organizada uma homenagem ao Liceu Santa Maria Imaculada – Nova Lima pelos 80 anos de fundação que se completam neste ano. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “Senhora Vereadora, a Senhora tinha me proposto assinar juntamente este requerimento, gostaria de saber se continua de pé a sua proposta”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “perfeitamente, vereador. O senhor tem uma ligação também com o Liceu. Eu tenho uma ligação de ex-aluna, ex-professora, mãe de ex-alunos do Liceu. O senhor hoje tem filha estudando no Liceu e o senhor está sempre lá proferindo palestra, falando sobre a Câmara Municipal de Nova Lima. Então, é um prazer que o senhor assine junto comigo este requerimento. O vereador Leci Alves Campos: “eu fico muito lisonjeado, muito obrigado. Eu, realmente, nunca estudei no Liceu, mas a minha família toda estudou, minha esposa e, atualmente, a minha filha estuda. E recentemente, eu estive realmente no Liceu Santa Maria proferindo uma palestra sobre o trabalho das Câmaras Municipais, oriundo de uma matéria de História da quinta série. Muito obrigado”. Aprovado, nove votos. 2) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Exmo. Senhor Presidente da Mesa Diretora envie moção



de pesar à família enlutada da Sra. Maria Alves Galdino em nome de sua filha Sra. Nelma Galdino Cornélio, residente e domiciliada à Rua Poços de Caldas, 80, Bairro Fazenda do Benito em Nova Lima. Aprovado, nove votos. 3) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal que seja dada continuidade ao serviço de demarcação de vias no Bairro das Quintas, nas Ruas Andes, Alpes, Álvares Cabral, Francisco Gomes e Dante Bernardi. Aprovado, nove votos. 4) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal que seja refeita a faixa de pedestre na Rua Santa Cruz em frente à loja Esquina do Bombeiro, loja da Claro e loja Cacau Show. Aprovado, nove votos. 5) De autoria do vereador José Guedes: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal providencie a limpeza do cemitério dos ingleses e a colocação de uma guarita com vigia no mesmo. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “Senhor Vereador, eu gostaria só de fazer um comentário com relação a esta solicitação de Vossa Excelência. Eu ainda não sei se já foi passado ao Legislativo, mas o cemitério dos ingleses é de propriedade da AngloGold, então ela que é responsável de fazer a limpeza lá. Pelo menos quando eu era administrador daquela empresa ao longo de vinte e três anos, inclusive, eu cuidava dessa parte lá. Então, eu não sei se já passou para o município, passando, assim, a responsabilidade para o município”. Aprovado, nove votos. O Senhor Presidente: “moção de pesar. Antes da votação, eu pediria um minuto de silêncio para o ex-vice-prefeito, meu grande amigo Duduga, Antônio José Wanderley Alves, na minha opinião, foi uma grande perda para Nova Lima. Foi um dos grandes homens, um grande pai de família, um dos homens mais honestos que eu conheci



na face da terra. Então, portanto, ele é um grande merecedor, eu pediria um minuto de silêncio”. Conforme solicitação do Senhor Presidente, o Plenário permaneceu um minuto em silêncio. 6) De autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Exmo. Senhor José Geraldo Guedes, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal, faça encaminhar uma moção de pesar à família do Sr. Antônio José Wanderley Alves, Duduga, como era conhecido, que residia na Praça Geraldo Vilela, nº 28, Bairro das Quintas, falecido no último dia 01 de abril de 2015, na pessoa de sua esposa Maria do Pilar Vilela Alves. O Senhor Presidente: “eu pediria à colega Ângela que permitisse eu assinar juntamente com a senhora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Presidente, quando eu fiz o requerimento e entreguei lá na sala do senhor, eu já tinha colocado à disposição para que o senhor pudesse assinar essa moção de pesar junto comigo porque, assim como o senhor, eu também era uma grande amiga de Duduga, além de ser meu primo, mas uma grande amiga e uma grande admiradora pelo homem público que Duduga representou para o município de Nova Lima. E eu reafirmo as palavras do senhor quando o senhor diz que era íntegro, um dos poucos políticos que a gente pode dizer que era, realmente, íntegro, sério, honesto. Este era o Duduga e, realmente, para Nova Lima foi uma grande perda. O senhor pode assinar porque eu já tinha mesmo colocado à sua disposição a assinatura”. O Senhor Presidente: “obrigado”. Aprovado, nove votos. 7) De autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima seja enviada moção de pesar à família enlutada da Sra. Elza Maria Domingos, mãe do estimado Henrique César E. Marques da Coopernova, residente à Rua Rio Tietê, nº 258, Bairro



Bela Fama / Nova Lima. Aprovado, nove votos. 8) De autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Exmo. Senhor José Geraldo Guedes, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal, faça encaminhar uma moção de pesar à família da Sra. Luiza Maria Santos Fernandes que residia na Rua Santa Cruz, 175, Centro, que faleceu no último dia 31 de março de 2015. O Senhor Presidente: “eu pediria à colega Ângela Lima para eu assinar porque é uma grande perda para Nova Lima, uma grande amiga nossa”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “perfeitamente, Presidente”. Aprovado, nove votos. Presidente: “eu vou fazer um requerimento verbal, uma moção, um grande amigo nosso, Carlos Roberto dos Santos, o Carlota. Para quem não conhece, irmão do Zé Taco, contador. Nos últimos quinze dias, Nova Lima perdeu grandes nomes, pessoas que contribuíram, e muito, para a nossa cidade. Então, esse é o meu requerimento e o vereador que quiser assinar comigo, está à disposição”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu realmente gostaria de assinar com o Senhor porque Carlota realmente foi da minha época de que a gente frequentava o Centro Ideal, a gente tinha um convívio na sociedade, então eu fui companheira e amiga de Carlota. Então, eu gostaria de também estar assinando com o senhor essa Moção de Pesar”. O Senhor Presidente: “perfeitamente, concedido”. Aprovado, nove votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar que eu pudesse fazer dois requerimentos verbais uma vez que só fiz um”. O Senhor Presidente: “concedido”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “obrigado, Senhor Presidente. Que seja encaminhado ao Poder Executivo solicitação para que a Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos intensifique



a fiscalização do transporte de alunos em veículos particulares no município. Tenho conhecimento de várias pessoas que estão transportando alunos em veículos particulares, colocando em risco a vida e a integridade física das crianças transportadas e causando uma grande desigualdade entre os transportadores legalizados no município, uma vez que estes particulares em nada são onerados e por isso têm condições de fazer o transporte com um preço muito aquém daqueles que, por serem legalizados, arcam com um custo muito maior. Diante do exposto, solicito a aprovação dos meus pares. Senhor Presidente, esse requerimento é em função mesmo da gente ter... Eu tenho várias reclamações no meu gabinete, mas principalmente de pessoas, tenho inclusive fotografias de pessoas que pegam o seu carro particular e combina com três, quatro famílias por perto ali e faz o transporte. Ele fica muito mais barato e eu penso que isso para a família pode ser interessante em um primeiro momento, mas, no fundo, a gente sabe que o transporte legalizado ele é fiscalizado e os transportadores têm um custo muito maior em função disso. E não é só em função disso, o transporte por uma pessoa que não é especializada, principalmente de crianças, ele pode causar, a qualquer momento no município, uma tragédia. Então, é nesse sentido que eu faço essa solicitação e, se o Senhor me permite e se o Plenário também, vou anexar as fotos juntamente com o requerimento que eu fiz à mão aqui e depois passo para a Assessoria Parlamentar”. Aprovado, nove votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu solicito a transferência do ponto final do ônibus das linhas Alphaville, Jardim Canadá e Fiat/Biocor para a Rua José de Oliveira, próximo à Escola Municipal Vicente Estevão dos Santos. Senhor Presidente, nobres colegas, os usuários deste transporte,



moradores da região dos Bairros Bela Fama e Alto do Gaia, solicitam esta mudança para que possam ser atendidos com esse serviço. Essa ampliação dará a esses moradores uma outra opção de transporte, uma vez que alegam que utilizam apenas a linha Honório Bicalho para o deslocamento até o BH Shopping. Outro ganho é que essas linhas são linhas municipais, ou seja, têm um valor muito menor, sendo mais acessível para a população. Diante do exposto eu solicito a aprovação dos meus pares”. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero fazer jus aqui ao meu companheiro Flávio de Almeida que num primeiro momento trabalhou para a criação dessa linha e ela realmente é muito importante para a região, porém o ônibus está ficando ali perto daquelas indústrias. Eu acredito que quando foi pensado, se pensou em certa forma atender às pessoas que trabalham ali naquele centro industrial, mas de fato e de verdade, as pessoas que moram nesses bairros na mediação ali, se esse ônibus passasse o ponto inicial/ final dele, lá para perto da escola, ele transitando dentro do bairro, ele vai atender muito mais às pessoas”. Aprovado, nove votos. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu gostaria de fazer dois requerimentos verbais, por favor”. O senhor Presidente: “perfeitamente, concedido”. O vereador Flávio de Almeida: “bom, Senhor Presidente, o primeiro é que a prefeitura acione a Via 040 que é a concessionária da 040 hoje, não é? Ela representa o DNIT hoje com referência ao Bairro Água Limpa. Nós não podemos ficar mais na situação que estamos hoje, todo dia tem uma pessoa atropelada ou um carro virado na entrada do posto de Água Limpa, isso é todos os dias. Nessa semana teve um senhor de sessenta anos ao atravessar perdeu a vida. Aí a pergunta é a prefeitura não responde por lá mais, o DNIT não responde, quem





responde é a Via 040. Se não tem como fazer o acesso, se eles não têm como fazer, que eles permitam que a prefeitura faça o acesso. Se não tem como fazer asfaltado, que passe uma máquina e abra uma rua ali ao lado. O que não pode é todos os dias a gente ver aquilo e se calar. O DNIT não responde porque tem uma concessão. A 040, aquilo lá virou uma bagunça. Para quem transitou domingo ali, aquilo virou um negócio que a gente nunca viu, trinta quilômetros parado. E o pior, quando a gente parou, que a gente foi explicar para o pessoal que tinha que liberar mais uma pista, aí foi mais assustador. Quem estava nas ambulâncias que foi abrir mais uma pista. Eles não tinham quem abrisse a pista. Aí a gente vê todos os dias em Água Limpa acidente ocorrendo. Então, Senhor Presidente, se a 040 não tiver uma solução, que a prefeitura assuma o papel dela ali, mande as máquinas e faça o serviço. O que não pode é a gente saber que as pessoas morrem ali, carro bate ali porque não existe um acesso. A gente sabe disso, ué? Mas vão continuar morrendo pessoas ali? Então, Senhor Presidente, o requerimento é nesse sentido, que a prefeitura chame a Concessionária 040 e se ela não tiver uma solução imediata, que a prefeitura de Nova Lima mande as máquinas do Pátio para lá e faça o acesso. É simples, o que não pode é a situação continuar do jeito que está hoje".

Aprovado, nove votos. O vereador Flávio de Almeida: “segundo, Senhor Presidente, é que a prefeitura trate as instituições de uma forma diferente. Não vou nem pedir que trate igual trata o Villa. Aí a gente vai pedir demais, não é? São cem anos de tradição, não é? As instituições como a Creche São Judas Tadeu são só seiscentas e vinte crianças, não pode ser nem o mesmo tratamento, deveria ser melhor. As instituições deveriam ser melhor tratadas que o time de futebol do Villa. Vocês vão falar assim



‘ah, o Flávio ficou doido, é o time de futebol’. Não. A instituição que cuida de criança, de pessoas idosas, tem que ter uma visão diferenciada sim, a prefeitura não pode ter essa visão. Hoje eu assustei, quando o IPTU entrar, uma parte desse IPTU vai ser para pagar as instituições. Chega a ser um absurdo. O tratamento do Villa não foi esse, foi diferente. E nós que estamos à frente de uma instituição fazemos gol todo dia, a gente é campeão todo dia. Então, aos meus companheiros que acham que o Villa é o melhor caminho do mundo eu digo que não. As instituições são o melhor caminho do mundo, as que cuidam de crianças, que pensam em um futuro melhor. Então, Senhor Presidente, é o seguinte, que o nosso prefeito pague a subvenção das instituições. Tem que ser pago, não pode continuar do jeito que está não. Isso aí chega a ser um absurdo. E a gente procura, a resposta é a que eu tive hoje, ‘o IPTU, o IPTU, o IPTU’. Mas o que é isso? Até quando? E se o IPTU que entrar não for bom? Nós vamos fechar as instituições? Então, que seja qualquer prefeito, que seja do PT, do PMDB, do DEM, qualquer um que venha, que tenha visão diferenciada para as instituições”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só dentro do requerimento do senhor. Que essa... Que seja... Eu concordo plenamente com o que o senhor está falando. Só com um detalhe, que sejam avaliadas essas instituições. Porque existem várias instituições que são beneficiadas na questão da subvenção quando tem dinheiro, agora a gente sabe que a situação está crítica e foi suspenso o repasse das subvenções. Justamente porque ela está crítica e é aí que eu queria colocar dentro do requerimento seu só a minha maneira de pensar. Justamente porque ela está crítica é que essa avaliação tem que ser mais criteriosa. Inclusive, essas associações que recebem subvenção, a prefeitura tem que



olhar realmente porque, como o senhor falou, tem associações que prestam um serviço que é de fundamental importância para o município, até porque ela cobre uma deficiência do município; não é? Do poder público. Então, ela está ali para ajudar. E atende crianças, como a gente sabe que tem creches, não é? Como a gente sabe que existem instituições sérias que lidam com a questão da saúde, como o próprio Hospital Nossa Senhora de Lourdes, que são prioritárias. Agora, existem algumas que elas podem ir para o final da fila e outras que podem até sair da fila. Era só para colocar esse questionamento porque o senhor falou do Villa Nova e eu sei que o senhor está falando desse tipo de instituições. Mas, além do Villa, tem muita instituição, muita não, algumas instituições aí que recebem muito, como o senhor colocou aí, uma instituição atende seiscentas crianças. Poxa, maravilha... Aí tem outras instituições que têm nome, têm bastante marketing em cima, mas quando você vai olhar na prática o resultado das pessoas, dos atendidos, dos assistidos por aquela instituição, é palha, é quase zero. Então, na verdade, é muita propaganda e pouco resultado. E é importantíssimo isso que o senhor está colocando, que a prefeitura tenha esse critério, que ela avalie bem e que ela priorize aqueles que realmente prestam serviço para a população nova-limense”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só para eu encerrar. Concordo com o vereador Pastor André em tudo, ele tem razão mesmo. Tem um quesito este ano que é a Chamada Pública. Aí fica a pergunta, como vai fazer Chamada Pública para as outras instituições se não fez para o time do Villa? Essas coisas é que não... É que existe o Decreto e existe a Lei; não é? A gente não consegue entender como que faz tudo isso. O time do Villa é importante para a cidade? É, são cem anos de tradição, maravilha, mas



qualquer instituição tem que dar resultado. Qualquer político iria falar assim ‘falar do Villa é um problema’. Não é não, gente. Se a gente não acordar para a verdade, a gente está mais ou menos enrolado. Por exemplo, a creche São Judas Tadeu cuida de seiscentas e vinte crianças com setecentos e vinte mil, divide isso por refeição, por dia. Vai dar três reais e alguma coisinha; não é? Para cada criança; não é isso? Mas enquanto isso, olha outras instituições que o senhor falou, com menos crianças e o tanto que recebe. Então, é injusto. Mas, Senhor Presidente, só para encerrar, dizer que pegue o dinheiro que está na prefeitura, o que entrar, pague as instituições porque a situação de cada uma delas é terrível. E as instituições são sérias. Tem algumas que realmente estão caminhando mal, mas boa parte é séria. Obrigado, Senhor Presidente”. Aprovado, nove votos. O Senhor Presidente: “passarei a Presidência, eu gostaria de fazer um pequeno comentário, para a Ângela Lima”. A vereador Maria Ângela Dias Lima Pereira: “recebo a Presidência, com a palavra o vereador José Geraldo Guedes”. O vereador José Guedes: “para quem está aqui na galeria que não sabe, ontem teve uma nova etapa aqui na Câmara Municipal, uma coisa que eu acho que deveria ter acontecido há mais tempo atrás, a partir de ontem o horário de funcionamento da Câmara passou a ser de oito horas às dezoito. Por quê? Porque eu tenho ciência que alguns, uns cinco gabinetes funcionavam aqui na Câmara e a porta estava fechada, continuava fechada, era um serviço interno. E, às vezes, gente vinha aqui na parte da manhã... Eu deparava com várias pessoas batendo na porta, querendo até um atendimento e o horário era de doze às dezoito. Então, é uma coisa que vai beneficiar, principalmente, os moradores de regiões distantes, Macacos, Jardim Canadá e outros. Foi uma iniciativa nossa aqui da



Câmara e ontem procurei o Leandro, liguei para ele hoje, tudo ocorreu bem, o pessoal, o povo gostou e nós estamos aí é para trabalhar em prol do povo de Nova Lima”. No Grande Expediente, o vereador Gilson Antônio Marques: “eu vou falar daqui mesmo. Boa noite, nobres colegas. Boa noite, público presente. Eu queria fazer dois manifestos aqui. Primeiro, eu queria pedir ao Senhor Prefeito que tomasse providências urgentes, urgentíssimas, com relação ao pagamento das cooperativas. E que, se não tem condições de mantê-las, que chame e que tome um novo rumo, que demita, que reduza o quadro, que as pessoas vão tomar os destinos deles e não vão ficar mais iludidos. Porque nós estamos falando de pais de famílias que têm filhos nas escolas, têm esposa para sustentar, têm aluguel, têm energia, têm água, colégio e etc. Essas pessoas estão passando já humilhação porque toda hora é um cobrador, é dinheiro emprestado, daqui a pouco já chega um corte de água e de energia que não passa menos de noventa dias. É telefone cobrando prestação de carro toda hora e, no meu entendimento, isso é prioridade porque se está na folha é prioridade. São pais de famílias e é prioridade. Então, que ele se vire lá da receita que tem, salvo engano, foram trinta e três milhões de reais no mês passado, que tire um milhão. Ele me falou, e tinham mais dois vereadores presentes, que a folha é novecentos mil. Não é, é muito mais do que isso, mas ele diz que é ele que assina e que são novecentos mil. Então, que ele tire novecentos mil e que pague esse povo, eles não aguentam mais. É muita humilhação, é desacerto, é tensão, já é briga entre casais e o principal, que mais me importa, é a humilhação que os filhos estão passando na escola, sem um real para levar para comprar um lanche. Com um real hoje você não compra nem um chiclete, e nem esse um real eles estão tendo para



levar. Então, que ele tome essas providências o mais urgente possível. Segundo manifesto, eu até queria pedir à Mesa Diretora, se o Senhor me permite, eu não sei se pode fazer isso no Grande Expediente, que peça explicação ao Hospital Vila da Serra sobre um episódio que aconteceu lá semana passada, onde uma paciente com o nome de Vanir, ela veio do interior para fazer uma consulta, a consulta mais cara que eu já vi na região metropolitana. Eu trato da minha saúde há doze anos, já consultei até com Manoel Toledo que é o médico da Seleção Brasileira e não custou quatrocentos reais. Eu marquei a consulta lá para ela, ele cobrou quatrocentos reais. E preço é preço, é indiscutível, pagamos a consulta, tudo ok. Depois da consulta, ele marcou a cirurgia dela, ele detectou que era cálculo renal, para o dia seguinte. Deu o preço de seis mil e oitocentos reais, pacote fechado. Na hora da alta, ele queria quinhentos reais a mais. Tivemos que ameaçar chamar a polícia para ele abrir mão dos quinhentos reais. Na hora do retorno, de tirar o cateter, ele disse que não era obrigação dele. O contrato diz que trinta dias após o procedimento é responsabilidade do hospital e também do médico, isto está no contrato. E o cateter foi ele que colocou, não fui eu nem foi a paciente. Ele tinha obrigação de tirar, mas ele pediu novecentos reais para tirar. Foi preciso de arrumar um advogado, enfrentá-lo, chamamos a diretoria do hospital, a superintendência, um médico e fizeram aquele complô ali entre eles, dizendo que ele estava certo, que cada parte é uma parte. A parte que é parte é aquela que é combinada. Eu fiz duas cirurgias recentemente, caras, caríssimas, mas foi combinado. Não tive problema nenhum, o que foi combinado comigo, foi acertado com o hospital e eu não tive problema porque combinado é combinado. Agora, esse médico é um moleque.



Combina as coisas, constrangeu a senhora porque depois nem queria mais que ele tirasse o cateter dela. Foi preciso o diretor do hospital garantir que ele ia tirar com profissionalismo. Porque eu disse a ele ‘vou pagar para ela, mas arranje outro profissional, que ele não vai por mais a mão nela’. Aí ele resolveu tirar, diz ele que ele estava tirando o honorário dele. Eu disse a ele que não estava pedindo ele esmola, estava pedindo a ele para cumprir o que ele tinha tratado. Então, eu queria que a Mesa Diretora desta Câmara enviasse um ofício, que a Comissão de Saúde desta Casa fiscalizasse mais de perto porque, com certeza, esse procedimento deve estar acontecendo com demais pacientes e é super constrangedor. Quase, por pouco, essa moça não perde a cirurgia por constrangimento, por medo, por apavoramento de tornar sentar na mesa de um mercenário como esse. Então, as coisas têm que ser combinadas, têm que ser cumpridas. Teve uma vez, eu disse aqui no Plenário, eu fui fazer uma cirurgia por dezenove mil e duzentos aqui no Nossa Senhora de Lourdes. Tentei negociar, ele me deu o preço, preço é preço. Não consegui e fui fazer lá no Socor por dezesseis e duzentos. Mas eu fechei o negócio, fiz, saí da cadeira de rodas, tinha já noventa dias que eu estava de cadeira de rodas, a cirurgia foi um sucesso, combinado não é caro. Não tenho nada a reclamar do preço, nem do médico, porque foi combinado. Agora, imagina se ele chega lá, igual essa senhora que trabalha na enxada, ganha cinquenta reais por dia, de sete às quatro, capinando cana, banana, cortando capim, para chegar lá e o cara fazer um papelão desses? Nós não podemos permitir isso dentro do nosso município não. Essa é uma briga que é desnecessária. A gente não precisava ter que comprar essa briga. Mas, infelizmente, não cabe diante dos nossos olhos sem



tomar uma providência, sem tomar a dor dessas pessoas. Então, eu queria ratificar o pedido à Mesa Diretora, que trouxesse uma resposta para mim, por favor. Muito obrigado”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, como Presidente da Comissão de Saúde, eu gostaria... Colega vereador Gilson Marques, eu não vou aqui discutir preço de colega, cada um cobra o que pensa, não é? O acordo seu e sua paciente...”. O Senhor Presidente: “o senhor concedeu um aparte para o vereador?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “está concedido”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “ele citou a Comissão de Saúde. Eu falei que gostaria de responder como presidente da Comissão de Saúde. Então, vereador Gilson Marques, realmente foi uma situação muito chata o que aconteceu. Eu até fico espantado, se essa é a melhor palavra, surpreso porque a relação médico-paciente é muito importante. Eu jamais combinaria um preço de um procedimento com um paciente e na hora de dar alta para esse paciente ou fazer um outro procedimento, cobraria um outro preço. Acho que o colega, realmente... Não quero entrar nessa parte, que isso aí é problema dele e com a paciente lá, eles que têm que resolver isso. Agora, como presidente da Comissão de Saúde, sou amigo lá do diretor, Dr. Wagner Issa, e pode ter certeza que eu vou pedi-lo para apurar o caso e poder, assim, te dar uma resposta à altura, não é? Eu acho que é importante. Porque, infelizmente, os médicos hoje, às vezes, trabalham de uma maneira estressada, têm que atender muitos pacientes, o honorário médico reduziu muito e claro que não justifica uma situação dessas, mas hoje nós temos observado, não só na medicina... O senhor, inclusive, de vez em quando tem tido problema com os médicos, não é? Eu até acho que o senhor devia evitar probleminhas com médico... Estou brincando, viu





vereador. Mas o senhor sempre já teve problema com médico aqui também no Hospital Nossa Senhora de Lourdes. Então, nós somos também humanos, nós lidamos com vidas, lidamos com o nosso coração. Então, eu gostaria que o senhor visse a classe médica com bons olhos. Nós somos profissionais, estamos sempre aí para servir as pessoas e digo isso de coração. Nova Lima, a maioria das pessoas tem meu telefone e sempre que me procuram eu estou aí para servi-los. E eu tenho certeza que alguma coisa, algum engano aconteceu entre essa conversa inicial, mesmo porque a retirada do cateter, nesse caso, é outro procedimento. Agora eu não sei se no acerto, na conversa inicial foi fechado o pacote completo. Então, realmente, o senhor é quem estava lá e participou. E somente o senhor participou dessa conversa?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “sim, sim”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “então, o senhor participou, o senhor sabe muito bem do que aconteceu lá. Mas, como Presidente da Comissão de Saúde, vou pedir, através do Dr. Wagner Issa, que esclareça o fato”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu agradeço...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “muito obrigado e desculpa, como médico, desculpa mais uma vez o acontecido”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, eu vou prolongar um pouquinho, fui citado”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “vereador Fausto, tenho um bom relacionamento com os médicos sim. Inclusive trato há doze anos como eu acabei de dizer aqui, eu não tenho tido problemas não. Eu acabei de ficar hospitalizado por nove dias, fui super bem atendido, melhor impossível, sabe? Como todos que estavam lá no quarto comigo, no mesmo andar que eu, lá no Biocor agora, muito bem atendido. Se eu estou vivo até hoje, abaixo de Deus, devo muito à



medicina que tem respeito. Como todo trigo tem joio, no meio dos médicos também tem joio, e é por isso que eu brigo. Outro dia, o senhor citou que eu brigo aqui no hospital, eu cheguei lá, fiz uma ficha, tinham dois médicos de plantão. Na hora que estava me consultando, aparece um cara baleado, um outro que tomou chumbinho, certo? Que eu acho que se eu estou lutando para viver e você está tomando chumbinho, deixa você morrer e cuida de mim que estou lutando para viver. Para quê ele tomou chumbinho? Tomou chumbinho porque ele quer morrer. Aí, o cara me largou lá na mesa e foi atender o outro sujeito lá. Tudo bem. Eu não sou tão ignorante para entender que isso é uma prioridade, não. Talvez esse ignorante que tomou chumbinho, ele tem família, ele precisa ser salvo e eu entendo isso. Mas eu perguntei para o médico que estava lá, um cavalo ‘onde está o outro médico?’. Ele me falou assim ‘eu trabalho aqui, respondo por mim. Eu não tenho conta com a vida do outro médico’. Isso é jeito de um cara tratar um paciente ou um cidadão? Chamei a polícia, fiz a ocorrência, onde é que o médico estava? Em casa. Nós podemos aceitar isso? Tinham mais de cem pessoas na recepção. Então, não sou eu que brigo não. Eu brigo quando vejo uma coisa que não dá para aceitar. Um outro exemplo, um dia cheguei aqui no hospital tinham treze mulheres grávidas, cada uma com a barriga do tamanho da barriga do meu colega ali, certo? Tudo na hora de dar... Brincadeira, viu Leci? Tudo na hora do parto, marcado para oito horas da manhã, já eram treze horas, mais precisamente quinze para as treze. E estava todo mundo sem atender. Uma me pediu ajuda, fui lá dentro. Não vou citar o nome do médico aqui porque ele foi muito cortês comigo, ao contrário do outro, ele falou ‘estou sozinho’. ‘Mas isso não é problema das pacientes, porque o senhor marcou todo mundo



para as oito horas?’. ‘Oh, entra todo mundo aí’. Perdi a cabeça lá, pus todo mundo para dentro, ele se virou, pediu ajuda, até o Secretário de Saúde ajudou nesse dia. Passados seis meses, uma senhora me encontrou na rua ‘eu guardei meu filho para você batizar’. ‘Mas eu estou muito cheio de pecados, agradeço à senhora, fico feliz com o pedido da senhora, mas eu não posso batizar não’. Certo? Então, o que acontece? Eu não posso aceitar essas coisas, eu não consigo aceitar essas coisas, sabe? Combine as coisas. Se ele falasse que era dezoito mil, trinta mil, quarenta mil. Se a gente não tivesse condições de ajudar a senhora, passava a sacolinha, todo mundo ia ajudar, era uma vida que estava ali para ser salva, todo mundo ia ajudar. Não tinha problemas, ela ia fazer assim mesmo. O objetivo nosso ali era salvar a vida dela, que já tinha noventa dias que estava com sangramento intensivo, porque um outro médico que tinha feito uma cirurgia nela com laser, não conseguiu êxito e acabou complicando a situação dela. A cabeça dela estava do tamanho dessa mesa do Presidente ali. Então, a intenção era salvar a vida dela, não era criar um problema. Mas se o problema apareceu, eu não corro do problema não, vereador ou não, eu nunca corri de problema e não vou correr de problema. Onde eu achar ele, eu vou enfrentar, seja no hospital, na delegacia, no juiz, onde é que for, se tiver um problema, eu estou lá, eu não vou correr de problema. Eu sou brasileiro e não sou covarde”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “o senhor me dá um aparte rapidinho? É o seguinte, muitas das vezes parece fácil para a gente escolher qual paciente que vai morrer primeiro, mas não é bem assim. Pode muito bem um cara ir lá, assaltar minha mulher, minha esposa e chegar no hospital, eu estar de plantão e eu sou obrigado a atendê-lo. Eu não atendo ele como um bandido, eu atendo ele como pessoa.



Então, às vezes é muito difícil. Você, como leigo, saber exatamente a decisão, a quem a gente deve cuidar primeiro. Muito obrigado, boa noite”. O vereador Gilson Antônio Marques: “mas, de novo, não é isso que eu estou questionando. Eu questionei onde estava o segundo médico. Eu entendo perfeitamente que se chegou lá baleado, machucado, tem que atender mesmo. Até aí eu entendi. O que me deixou irritado com ele foi quando eu perguntei onde estava o segundo médico, que ele disse que não tinha conta com a vida dele, mas estava acobertando ele em casa. Porque, quando a viatura chegou, ele me pediu para não fazer a ocorrência porque ele tinha acertado com ele que ia cobri-lo e que não esperava das coisas chegarem no ponto que chegou. Além desses dois casos graves, tinham mais cem pessoas lá. Está registrado aqui na Câmara, está registrado no B.O., certo? O hospital tomou providências, o médico foi até afastado, tudo bem”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “infelizmente...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “é o comportamento, eu nem conheço o médico, não tenho nada contra a pessoa do médico, mas sim contra o comportamento”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “infelizmente, como o senhor mesmo citou, tinham mais cem lá para dois atenderem, não é? Então, realmente, fica muito difícil hoje para o médico, cada dia pior porque o número de doentes vem aumentando, o salário..., dificilmente consegue deixar quatro, cinco médicos de plantão, o que seria o ideal. O ideal é cada um atender ali vinte pacientes por dia, mas a gente acaba atendendo é cinquenta, sessenta pacientes por dia. Isso, infelizmente, muita das vezes acaba que a gente deixa passar alguns casos despercebidos justamente por isso. Não é? O ideal seria ‘eu vou atender hoje dez pacientes’. Acabou. Mas, infelizmente, a gente sabe que no dia-a-dia não é assim. Mas



eu sei, vereador Gilson Marques...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “... parece que o senhor ainda não entendeu...”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, é que no Grande Expediente, só para a gente alertar a Casa porque senão vai ficar toda semana, nós vamos ficar aqui trinta minutos nisso. O Grande Expediente, que é essa parte agora, não tem discussão. Não tem... É porque amanhã vai ser atingida outra classe e nós vamos ficar nessa discussão. Esse momento é o momento que o vereador tem exatamente para ele colocar para fora aquilo que ele pensa, não permitindo que o outro, que eu ou qualquer outro, a gente entre nessa discussão. Senão a reunião, nós vamos prorrogar ela para depois, sempre para mais uma hora”. O Senhor Presidente: “o senhor está certo. Pela gravidade, eu fiz uma abertura e foi alongando. Então, nós vamos encerrar e o senhor colaboraria com a gente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “perfeitamente, pode encerrar”. O Senhor Presidente: “eu pediria ao Assessor, Dr. Diego, que amanhã o senhor tomasse as devidas providências, pegando os dados com o vereador Gilson, o nome do médico, o presidente do Hospital Vila da Serra. Realmente, a saúde no Brasil está doente”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião.\_